

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE JAGUARIÚNA (SP) – 1960 A 1990.1

ROGÉRIO LUIS DE OLIVEIRA PIRES²

Resumo

O objetivo de estudo é analisar o processo de produção do espaço de Jaguariúna (S.P.), no período compreendido pelas décadas de 1960 a 1990. Apontamos que o desenvolvimento econômico de Jaguariúna prospera a partir da década de 1970, acentuando-se na década de 1980. E que a inserção de Jaguariúna no processo de metropolização de Campinas, contribuiu para redefinir suas funções urbanas, com mudanças que se materializam no espaço, tendendo a desenvolver-se como centro atrativo turisticamente, devido à contribuição de sua localização geográfica.

Para tanto, realizamos levantamento bibliográfico, elaboração e aplicação de questionários, coleta de dados junto a censos e entrevistas. Em seguida, buscamos conceituações que apresentem um campo de ação maior ao âmbito da cidade. Apresentamos a leitura especializada sobre o processo de urbanização, nosso “pano de fundo”. Segue considerações sobre a produção do espaço de Jaguariúna, inserido em um movimento mais amplo, contribuindo para redefinir suas funções urbanas.

Palavras-chave: Jaguariúna; urbanização; redefinição urbana.

Summary

The main of this is to analyse the process of Jaguariúna's city in its space production in the period of 1960's to 1990's. We showed that the economic development of Jaguariúna grew up in 1970's and became stronger in 1980's. To put Jaguariúna in the process of Campinas metropolization has contributed to redefine its urban function with changes that materialize in the space and develop as a center of turistic attractive because of the geographic localization.

For this, we do a bibliograph survey, elaboration and appliances of questions and facts with sensus and interviews. After that we brought conceptions that show the greater action in the city range. We introduced a read about the urbanization process, our “back-drop”. It follows considerations about the production of spaces in Jaguariúna inserted in a largest movement and contributing to redefine its urban functions.

¹ Trabalho de Graduação realizado como parte do Estágio Supervisionado de conclusão do curso de graduação em Geografia, junto ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas UNESP/Rio Claro, sob orientação do Prof. Antonio Carlos Gaeta. Apoio FAPESP.

² rl_pires@hotmail.com

Word-key: Jaguariúna; urbanization; urban redefinition.

1 - O processo de urbanização.

1.1 - Formas e espaço.

A idéia de espaço que norteia nosso pensamento é a de que espaço enquanto "coisa" não existe. O que existe são as coisas em movimento, criando o fenômeno. Assim é preciso observar o fenômeno para determinar o espaço. Portanto, a centralidade do raciocínio é o movimento uma vez que é a identidade das coisas em sua espacialidade. Mas se o movimento dos objetos define a espacialidade, o tempo é definido pelo ritmo do movimento. É a velocidade do fenômeno que define sua temporalidade. Entretanto, o tempo não existe fora dos movimentos, sendo apenas uma leitura feita por nós. Neste sentido, encontramos dois elementos: o espaço e o tempo. E na expressão dos diferentes tempos e espaços vamos ter o lugar. Portanto, ao observamos o lugar construímos a noção de espaço e tempo que estão fundidos.

A reflexão parte, deste modo, da observação da paisagem, que está em movimento. Está se transformando. Como um agente transformador, encontramos o homem. Este, através do trabalho, transforma a natureza para se reproduzir, e cria seguidamente novos lugares. Mas o lugar não é produto só das relações que os homens estabelecem com a natureza. É também resultado das relações estabelecidas entre os homens, relações sociais estabelecidas afim de se "apropriarem" da natureza. Neste momento emerge o ato de viver como fato de construção social. E, podemos afirmar que como materializações de uma sociedade encontramos formas. Um autor pertinente e relevante ao nosso tema, no momento, por ter considerado a questão das formas, é Milton Santos (1977). Este autor assegura que a geografia pouco tem valorizado o papel do espaço em relação à sociedade, tendo se interessado mais pela forma das coisas do que pela sua formação, preocupando-se com as coisas já estabelecidas e não com as dinâmicas sociais que criam e transformam as formas.

Considerando que nenhuma sociedade tem funções permanentes, formas definitivas de propriedade, de relações sociais, Milton Santos afirma ser necessário

definir as especificidades de cada formação, considerando um momento do todo, assim como o todo reduzido numa de suas frações através de uma formação social englobada com o modo de produção e o espaço, pois os modos de produção tornam-se concretos, tornam-se formas. Prosseguindo, este autor diz que a localização dos homens, das atividades e das coisas no território dá-se pelas necessidades "externas", quanto pelas "internas". E o modo de produção se expressa pelo conflito entre o novo, que não se realiza completamente e domina o modo de produção anterior, o velho, penetrando pelas formas sociais e técnicas que correspondem ao modo de produção novo. Este pode criar novas formas ou renovar as antigas.

Para Milton Santos, o espaço reproduz a totalidade social na medida em que suas transformações são contribuição das necessidades sociais, econômicas e políticas. Mas o espaço também influencia a evolução de outras estruturas, estando interrelacionado com a totalidade social e de seu movimento. Assim, não pode deixar de ser analisado profundamente, considerando-se a evolução das formas.

Considerando o que foi exposto até o momento, é possível retrocedermos dialeticamente e indagarmos como formas podem contribuir na construção de relações, que podem então contribuir para um novo movimento. Se as formas são movimentos e, em movimentos temos formas, podemos afirmar que a forma é condição e limite em uma relação. Pois, a forma é condição de realização de uma sociedade, que deu condições para a existência de formas.

1.2 -Transformações da forma urbana.

Como procuramos mostrar, a nossa referência é o movimento da sociedade, que funciona de determinadas maneiras utilizando diferentes elementos. Criando a espacialidade a partir do movimento que distribui e transformam as coisas. E na articulação espacial, temos a expressão material da organização da sociedade na organização do espaço urbano. É sobre as transformações da forma urbana que iremos refletir no momento.

A distinção entre campo, cidade, metrópole, é polêmica no momento, pertencendo aos autores clássicos. Segundo Csaba Deák (1991), no processo de transformação da cidade, observa-se que esta não mais se restringe aos seus

muros, como nos burgos. A cidade não tem mais limites superando a distinção cidade/campo e seus espaços, possui agora, usos do solo.

Para este autor, as atividades humanas tornam usos do solo. Finanças, serviços, comércio, residência, lazer, agricultura e natureza, produção, troca e consumo se tornam uso de solo em zonas e distritos apropriados, e amparados por serviços adequados, edificações, regulamentos e infra-estrutura, constitui o espaço urbano. Déak prossegue afirmando que no processo de organização da produção do espaço urbano tem a forma da urbanização assumida pela intervenção do Estado - o planejamento urbano (no capitalismo) a fim de regular a produção de mercadorias, que passaram a ser usos do solo, independente de sua categoria anterior, construindo, transformando as cidades, agora aglomerações urbanas, de limites indefinidos, irrelevantes, e concentrados das atividades.

Assim, Deák, conceitualiza a urbanização do mundo, e não concebe a existência do mundo rural. Neste processo de urbanização (nosso "pano de fundo") a sociedade urbana é uma coisa nova.

Para Henri Lefebvre (1983) temos a urbanização completa da sociedade, através de um processo efetuado em um espaço ao longo de um tempo, onde emerge, num primeiro momento, a cidade política. Esta instaura uma vida social organizada da agricultura e da aldeia. A cidade política administra, protege e explora um território. Dirige os grandes trabalhos agrícolas e domina certo número de aldeias.

O comércio se intensifica nas áreas reservadas para as caravanas, terrenos para as feiras, subúrbios. A cidade política procura resistir ao comércio. Os comerciantes são marginalizados e lutam contra os dominadores do território, convertem o mercado em centro onde se agrupam as igrejas e a oligarquia de mercadores. As praças comerciais se transformam em vilas. O intercâmbio comercial se converte em função urbana surtindo novas formas urbanísticas e, a partir delas, novas estruturas do espaço urbano. A cidade comercial precede em pouco tempo a cidade industrial. Esta frequentemente sem forma, aglomeração apenas urbana. O aumento da população industrial se suprime ao crescimento das trocas comerciais, multiplicando-os.

Com a urbanização da sociedade, a produção agrária carece de características específicas e não mais é um setor fundamental, pois perdeu toda sua autonomia, transformou-se num setor industrial. O crescimento econômico, a

industrialização, influencia os territórios, transformando-os, com unidades mais ampliadas absorvendo e assimilando outras menores. Ao mesmo tempo se concentra a população. Manifestações da cidade se estendem sobre o campo, consumindo a vida agrária. Supermercados, autopistas, residência secundária, em pleno campo forma parte do tecido urbano, que se prolifera. Somente as regiões decadentes ou paralisadas escapam à sua influência, prossegue Lefebvre. Os camponeses se aperfeiçoam nas agro-cidades. A cidade pequena e mediana se transforma em dependência da metrópole. Assim temos a urbanização realizada formando uma sociedade urbana.

1.3 - A região metropolitana.

Como dissemos anteriormente, é preciso um conhecimento que mostre a prática social em movimento, a prática urbana, mesmo não podendo assimilar todos os problemas da problemática urbana. Nesta perspectiva, cada "modelo" urbano tem suas relações de produção e através de transformações descontínuas, culminam, por meio da ação e da práxis em um espaço de construção, que pode ser mais que um espaço definido. E como um espaço não-delimitado, encontramos a metrópole.

Entre diferentes autores que pensaram sobre a questão desta forma urbana, destaca-se Manuel Castells (1976). Este autor conceitua área metropolitana como resultado de processos conjuntos e inovações relacionadas às formas urbanas. Mas como algo mais do que aumento em dimensão e densidade das aglomerações urbanas existentes. Para Castells, o que a distingue são a difusão espacial das atividades e funções, suas interpretações em uma dinâmica independente da continuidade geográfica. Suas atividades são de todos os tipos podendo algumas estarem concentradas geograficamente em um ou diferentes pontos enquanto outras se distribuem pela metrópole com densidade variáveis. A organização interna da área encontra-se interdependente e hierarquizada com as indústrias agrupando fases homogêneas e complementares, e o comércio concentrando a venda de produtos e organizando a distribuição massiva do consumo cotidiano. E ainda, devido implantação diferenciada das atividades há movimentos internos que refletem flutuações do sistema circulatório.

Manuel Castells também considera as forças produtivas como relações sociais em um modo cultural de utilização dos meios de trabalho e que a tecnologia exerce um papel essencial nas transformações das formas urbanas, eliminando obstáculos espaciais com o grande desenvolvimento dos meios de comunicação. O autor afirma que a região metropolitana é uma forma central de organização espacial do capitalismo avançado. Diminui a relevância do meio físico na determinação das relações de sistemas funcionais e sociais, além de não distinguir rural e urbano, emergindo a dinâmica espaço/sociedade na conjuntura histórica das relações sociais que a fundamentam. Desta forma, para Castells, a metrópole se caracteriza pela influência funcional, econômica e social que exerce, inserida na rede urbana interdependente entre as cidades centrais e o território circundante.

Depois de indicar as linhas gerais do processo de produção do espaço, este autor se atem a dois exemplos particulares, sendo eles os Estados Unidos e a região de Paris. Em seguida, Castells afirma que se anula a distinção entre rural e urbano a nível da unidade espacial, mesmo persistindo atividades agrícolas na região onde se concentra aglomerações secundárias, apontando para pontos fortes de urbanização destacada pelas relações estreitas estabelecidas pelo conjunto dessa região. Mas o espaço regional é diferenciado. Para Castells, há divisão social e divisão técnica com espaço exercendo diferentes funções no conjunto urbano como indústrias, comércio e distrações. Essa especialização setorial e suas conexões estruturais e interdependência no conjunto da aglomeração constituem a região metropolitana. No seu desenvolvimento, a organização do seu espaço expandiu-se alcançando terras localizadas em áreas internas, como consequência de muitos anos de crescimento suburbano. Esse processo foi por diferentes autores analisados, e citaremos a seguir Mark Gottdiener (1993), como um dos analisadores desse fenômeno, destacando um de seus vetores, a desconcentração metropolitana.

Procurando analisar o processo de desenvolvimento metropolitano regional, Gottdiener afirma que no processo histórico em formação, a área metropolitana se alterou como um novo espaço de assentamento, com "uma população metropolitana distribuída e organizada em áreas regionais em permanente expansão que são amorfas na forma, maciças no espaço e hierárquicas em sua escala de organização social" (GOTTDIENER, 1993, p. 14.). Aponta que a dispersão regional depende das forças sociais que interferem nas maneiras internas de diferenciação funcional que integra todos os espaços de assentamento. E, em um padrão contemporâneo de Estudos Geográficos, Rio Claro, 7(1): 159-181, 2009 (ISSN 1678—698X)

desenvolvimento, há um aumento de população e de atividades sociais em áreas fora dos centros tradicionais, formando uma densidade ou saindo das cidades centrais mais antigas com difusão de população, comércio, indústria, e administração pública.

Apontando o uso que a terra pode receber são susceptíveis de mudanças, Mark Gottidiener afirma que a desconcentração provocou reestruturação das áreas da cidade central e transformação da cidade e organização do espaço da região metropolitana, criando novas relações da vida na comunidade. Este autor concebe a organização espacial "como uma consequência direta das relações entre processos econômicos, políticos e culturais, na medida em que se vinculam à geografia regional de áreas metropolitanas" (GOTTDIENER, 1993, p. 16). Organização esta ligada por relações conjuntas, contíguas e hierárquicas. Na fase atual do capitalismo, está ligada a relações que se estendem por todo o globo. A desconcentração, afirma o autor, produz a região metropolitana polinucleada afetando áreas circunvizinhas em um sentido diferente.

Prosseguindo, Gottidiener mostra que, no desenvolvimento espacial através de pronúncia diferente de políticas urbanas, planejamento local, especulação imobiliária e frações do capital, tem-se tais aglomerações. E ainda, mudanças nas forças de produção contribuem para uma natureza cada vez mais livre das indústrias, o que permitiu também vantagens variáveis pelas novas tecnologias e alterações nas relações sociais causadas por mudanças no modo de produção, com uma redefinição de funções e valores, conseqüentemente espacial. Outro trabalho relevante ao nosso tema por também considerar a questão da desconcentração metropolitana, é o de Paulo Roberto R. Soares (1995). Soares observa que o capital industrial foi o maior responsável impulsionador da metropolização de São Paulo, cuja espaço foi provocado pelo aporte das transnacionais. Em seu trabalho, Soares aponta que em outro momento de mudanças espaciais há a criação e reiteração de um espaço metropolitano fragmentado e hierarquizado. E a realocação das fábricas, no caso paulista, buscou núcleos já tradicionais no interior, onde o Estado garantiu infra-estrutura necessária para o processo de desconcentração industrial.

1.4 - A cidade e a indústria.

Com a maneira que dirigimos nossa revisão bibliográfica até o momento, podemos emergir o processo de industrialização como um dos principais vetores da problemática urbana. E, a fim de discutirmos um pouco mais esta questão, nos reportamos agora a Henri Lefebvre (1978). Este autor parte do processo de industrialização a fim de apresentar e responder a "problemática urbana". Considera este processo como parte das transformações da sociedade há mais de um século, diferenciando entre o processo de industrialização e os problemas relativos ao crescimento e planificação, as questões da cidade e o desenvolvimento da realidade urbana, e a importância crescente do ócio e das questões referentes à "cultura".

Nesta obra, Henri Lefebvre aponta que com o início da industrialização, a cidade adquire uma forte realidade diferente às cidades orientais, cidades medievais ou antigas (gregas e romanas). Com o aparecimento da burguesia comercial e nascimento do capitalismo concorrencial a cidade recupera sua prosperidade. Os mercadores desenvolvem suas atividades nos antigos núcleos urbanos, onde o artesanato prospera. E, a partir do crescente excedente da agricultura, as cidades acumulam riquezas. As cidades apoiam a vida do campo, prossegue o autor, mas sacam proveito a seu favor. Tornam-se centro da vida social e política, donde se acumulam riqueza, conhecimento, técnicas, obras de arte e monumentos. "Este tipo de ciudad es en sí misma obra y esta característica contrasta con la orientación irreversible al dinero, al comercio, al cambio, a los productos. En efecto, la obra es valor de uso y el producto, valor de cambio" (LEFEBVRE, 1978, p. 18).

Para Lefebvre, o uso da cidade é a festa, "que consome de modo improdutivo riquezas enormes, en objetos y dinero, sin otra ventaja que la del placer y el prestigio" (LEFEBVRE, 1978, p. 18). No apogeu, as cidades medievais centralizaram a riqueza, os dirigentes empregavam improdutivamente grande parte de suas riquezas na cidade que dominavam. Quando está pronto para entrar a industrialização com predominância da burguesia (os "empresários"), a riqueza não é mais principalmente imobiliária. Redes que permitem a transação do dinheiro já se constituíram. As terras dos feudos passaram para os capitalistas urbanos que se enriqueceram pelo comércio, pelo banco e pela usura. Como consequência, a cidade, o campo e as instituições que regulamentam as relações entre ambos (a "sociedade" em seu conjunto) tendem a constituir-se "retículos de ciudades" com divisão técnica, social e política entre as cidades. O Estado se instaura como um

sistema urbano centralizador do poder, e a cidade concentra este poder e se impõe sobre as outras. E cria a capital.

Segundo Henri Lefebvre, o contraste entre os grupos não impede a afeição pela cidade. Os que possuem riqueza e poder se sentem ameaçados e justificam seu privilégio entre a comunidade, dispensando suas fortunas em edifícios, fundações, palácios, embelezamento, festas. Mas "cuando la explotación reemplaza a la opresión, la capacidad creadora desaparece" (LEFEBVRE, 1978, p. 20). Assim, a generalização da mercadoria por obra da industrialização tende a subjugar a cidade e a realidade urbana escondidos do valor de uso. Henri Lefebvre afirma que a industrialização implica na desestruturação das estruturas estabelecidas. A indústria nascente tende a se implantar fora das cidades e próximas das fontes de energia, dos meios de transporte e das matérias primas, e das reservas de mão-de-obra, sobretudo se tratando dos ramos têxtil, mineral-extrativista e metalúrgicas. Estas circunstâncias permitiram a existência de numerosos centros que sobreviveram as vezes dificilmente. A cidade permite a concentração dos meios de produção sobre um limitado espaço. As concentrações urbanas têm acompanhado as concentrações do capital. Assim, as indústrias produziram seus próprios centros urbanos de dimensões variadas. A indústria toma antigos retículos de cidades ou remodela de acordo com suas necessidades.

Apossando-se dos antigos centros, tende a rompê-los em um processo conflituoso onde, segundo Lefebvre, encontramos um duplo processo: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. E este processo adquire uma complexidade maior, não só produzindo apenas mas, também oficinas diversas, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos. A cidade moderna, nada tem a ver com a cidade antiga. Os monumentos e lugares que permitem reencontrar a cidade antiga são representados por locais de peregrinação estética e consumo turístico. O tecido urbano não se limita a sua morfologia. A sociedade e a vida urbana do tecido urbano penetram no campo. Semelhante maneira de viver implica sistemas firmes tais como: água, eletricidade, gás, acompanhados de televisão, utensílios plásticos, mobiliário que implicam na exigência relativa de "serviços", e sistemas de valores como ócio da maneira urbana: bailes, canções, os costumes e adoção rápida da moda.

Lefebvre prossegue afirmando que os núcleos urbanos não desapareceram; resistem transformando-se e integrando-se a trama urbana e as qualidades estéticas

Estudos Geográficos, Rio Claro, 7(1): 159-181, 2009 (ISSN 1678—698X) 167
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

desempenham um importante papel em sua manutenção passando a ser produtos de consumo de alta qualidade para os estrangeiros, turistas e gentes vindas da periferia, subúrbios. Sobrevive graças a esta dupla função: lugar de consumo e consumo de lugar. Por oferecerem atividades específicas, lugares de valor de troca se perdem para lugar de valor de uso.

El resurgimiento arquitectónico y urbanístico del centro comercial sólo de una versión mustia y mutilada de lo que fue el núcleo de la ciudad antigua, a la vez comercial, religioso, intelectual, político, económico (productivo) (...) Este centro, que reúne la formación y la información, las capacidades de organización y de decisiones institucionales, aparece como provento en vías de realización de una nueva centralidad, la del poder. (LEFEBVRE, 1978, p. 28).

Analisando Paris, Lefebvre aponta a remodelação das ruas por Haussman, com os espaços vazios proclamando a glória e poder do Estado que as modelam e a violência que isto pode separar. Na segunda metade do século XIX, personagens ilustres descobrem uma noção nova, concebem o Habitat: habitar era participar da vida em uma comunidade. Lefebvre afirma que a realidade urbana percebida (legível) é: ruas, praças, monumentos, espaços significativos, compondo os elementos da realidade urbana. Analisando as relações sociais com a cidade, Lefebvre afirma que a cidade mantém relações com a sociedade, com sua constituição e funcionamento, com seus elementos constitutivos. As suas transformações são resultados passivos das modificações da globalidade social. A cidade é obra de pessoas e grupos que realizam sua obra em condições históricas. A cidade se transforma por "processos globais" e também por modificações profundas no modo de produção.

Para este autor, a vida urbana compreende mediações entre a cidade, o campo, a natureza. Assim acontece com os parques, jardins e águas cautivas. Mediações que não se compreende sem os simbolismos e representações (ideológicas e imaginárias) da natureza e campo pelos cidadãos. Mas hoje, prossegue Lefebvre, a relação cidade-campo se transforma e se constituem em um aspecto importante de mudança geral. A cidade adquire formas mais sutis de dominação e exploração, convertendo-se em centro de decisão, e aparentemente associação. Em expansão, a cidade ataca o campo. A vida urbana penetra na vida camponesa despossuindo-a de seus elementos tradicionais. Pequenos centros desaparecem em benefício dos centros urbanos. Mas é no espaço da cidade que se

acomodam as indústrias. Tornam-se parte, dispositivo material, "capaz de organizar la producción, controlar la vida cotidiana de los productores y el consumo de los productos" (LEFEBVRE, 1978, p. 97).

A ordenação do espaço em funções e elementos, se projetam sobre o terreno, em uma sucessão que esbarra no rompimento de antigas formas, dos símbolos, estilos, monumentos, tempos e ritmos, em um movimento conflitivo entre pressões do Estado e de empresas, tendendo à intensificação do urbano. Desta forma, para Lefebvre, a cidade reúne um centro de decisão, o centro de consumo, como os meios de formação cultural e científica. Afirma que o valor de troca da cidade deve ser superado pelo valor de uso pois, a realidade urbana está destinada aos usuários. Segundo Lefebvre, o imaginário social organizado, seja pela ideologia, seja pela publicidade, apresenta uma produção cultural industrializada, separando o ócio do cotidiano; a festa da cidade é recriada de modo incompetente pelos festivais e festividades. A cidade capitalista criou a centralidade como lugar de consumo e consumo de lugar, e no centro, onde se densifica o comércio, o consumidor consome também o espaço, reúnem-se e falam, vem, olham, inscrevendo outro valor de encontro.

De acordo com este autor, o neocapitalismo superpõe o centro de decisão ao centro de consumo, dominando técnicas específicas cuja poderio se apropria de todas as possibilidades, numa forma simultânea que aponta o poder. E, em uma sociedade de consumo dirigido, o lúdico persiste em férias, jogos coletivos, em lugares adequados para a festa renovada.

1.5 - Espaço de ócio.

Como dissemos anteriormente, a urbanização constitui nosso "pano de fundo". E, a fim de continuarmos a construção do nosso objeto, devemos nos reportar, agora, a urbanização do ócio. No levantamento bibliográfico realizado, o trabalho de Mario Gaviria (1971) converge para esta questão. Sendo assim, o consideraremos a seguir. Em seu trabalho, Mario Gaviria afirma que o urbanismo do ócio não é recente, pois, a tempo encontramos cidades balneárias, cidades de peregrinação religiosa, mas na sociedade de consumo de massa, encontramos as contradições do urbanismo do ócio de forma simplificada: de um lado temos o

emprego do tempo livre não alienado e do outro, encontramos as contradições das classes econômicas, do tempo livre e dos espaços de qualidade que são consumidos.

Para este autor, espaços antes utilizados para realização de jogos, festas, procissões e desfiles foram transformados, adaptados, produzidos como locais de trabalho. Hoje, encontramos uma separação entre espaços de trabalho e aqueles produzidos para serem consumidos como espaços de ócio, assim como a separação funcional do tempo de trabalho e tempo ocioso se agravam dia a dia. É destinado uma grande infra-estrutura urbana aos espaços turísticos sem satisfazer, primeiramente, o déficit dos serviços urbanos. E, um grande número de residências passam a maior parte do ano fechadas, mas são servidas pela infraestrutura urbana, enquanto não há condições mínimas de moradia para outros. Assim, para o autor, há um conflito entre o investimento de capital nos serviços turísticos e não em setores básicos da economia. Observa-se também que a apropriação dos espaços de melhor qualidade não são apropriados pela população local.

Mario Gaviria afirma que o ócio urbano distingue do ócio rural. No urbano, o ócio se desenvolve em locais específicos como: praças, estudios, cinemas, bares, bailes e museus e está interligado ao cotidiano. E, muitos dos espaços de ócio para o turista são espaço de trabalho para outros. Subordinados a exploração da cidade, os agricultores tendem a por suas terras à disposição nos fins de semana e do tempo livre dos residentes das cidades. Além de cultivadores da terra, seriam agora conservadores da paisagem e do equilíbrio ecológico, mantendo uma relação entre agricultura e turismo, desenvolvendo a caça e a pesca, adaptando as acomodações existentes para atender uma população não local. Pensando sobre espaços naturais, o autor expõe que praticamente não há espaços onde a ação do homem não tenha existido, assim o espaço natural é consequência de um processo de domínio do decorrer da história; portanto, são espaços culturizados pela exploração agrícola e agropecuária. Segundo Gaviria, depois de ter sido temida, evadida, dominada e urbanizada, a natureza volta a alcançar um valor como reduto de evasão, descanso, ausência de ruído, etc., talvez porque a luz, o ar, o sol e o espaço tornaram-se escassos na sociedade industrial urbana.

Para este autor, os espaços turísticos seriam aqueles com emprego intensivo da água, do sol, da neve e da montanha. Elementos complexos e que diferenciam dos elementos do cotidiano do local de origem do turista potencial.

Mario Gaviria considera ainda que a cidade é a obra de arte da humanidade. Nela o homem obtém a máxima qualidade e o tempo teria sua máxima utilidade. Mas o automóvel, sua grande dimensão em informações e pessoas contribuíram para sua degradação. Como lugar de produção, informação, decisão e acumulação de capital, perde sua qualidade cotidiana nos que nela habitam. Mas a classe dominante busca outros espaços onde permanece por mais tempo, de onde dirigem seus negócios, dispondo de mais tempo e reservando para si mais espaço. Enquanto que a população subordina-se entre o espaço de trabalho e o espaço onde vive.

1.6 - Imagens e práticas.

Outro vetor da nossa pesquisa considera a questão do imaginário. Apesar da importância do tema, percebe-se uma ausência de trabalhos de boa qualidade, ainda que possa contar com muitas obras a respeito. Por isso, é importante a contribuição de Núncia Santore de Constantino (1994). Em seu trabalho, Constantino analisa o processo de iluminação pública de Porto Alegre (RS) como um melhoramento urbano incluso no processo de modernização dessa cidade. A autora afirma que o processo de urbanização do Rio Grande do Sul ocorre juntamente com aceleração de fenômeno urbano na Europa. E, com o embelezamento da cidade, espaços públicos como ruas bonitas e confortáveis passam a atuar como prolongamento de ambientes privados.

Sinais são criados para a ordem social. Estabelece-se padrões de moda, arquitetura e urbanismo que atuam como padrões preferenciais da cidade. Surgem galerias como templos de consumo e a iluminação pública favorece a segurança para que a casa se estendesse também à rua em plena noite. A autora afirma que se multiplicam as casas de diversões, clubes, confeitarias e restaurantes, com relações mais intensas. A cidade encontrava-se em processo de modernização, ampliava-se um novo discurso fundado em ideal de modernidade. Hábitos diurnos das sociabilidades públicas davam-se nos largos através de eventos da vida social, como festas religiosas. Aponta a autora que a noite apresentava um ideal de medo, sobrenatural, crime. Imagens de perigos estavam associadas à escuridão. Mas o meio urbano se modernizava. O sistema ferroviário aproximou os mercados e o comércio organizava-se segundo os padrões das cidades desenvolvidas. Em Porto

Alegre, regulariza-se a coleta de lixo, implantam-se serviços telefônicos e antigas estradas são incorporadas à estrutura urbana.

Constantino aponta que a noite é transformada com a iluminação. Os cafés se multiplicam e surge um modo de vida noturna com a modificação da sociedade que também se evidenciava nas transformações do visual da cidade. Ao cenário urbano se acrescenta novas avenidas e novas praças, compondo um ideal de modernidade que dilui o passado. A cidade se transforma e suas imagens refletem as relações sociais e culturais de grupos complexos e novos hábitos apontam para espaços fechados de socialidades, como os cafés, confeitarias e cabarés. Constroem-se a nova imagem da cidade noturna que arraigava hábitos antes mesmo que as lâmpadas elétricas de Porto Alegre fossem acesas.

2 - A produção do espaço de Jaguariúna.

2.1 - A área.

O município de Jaguariúna está situado na Região de Campinas³, distando 25 km de Campinas, e 120 km NO da capital do Estado de São Paulo. Matematicamente, a sede municipal está disposta a 22°41' de latitude sul e 47° de longitude W. Gr. Sua altitude varia em torno de 570 metros. O clima é tropical de altitude (Cwa Koppen). A topografia expressa colinas suaves no Planalto Meridional aumentando as amplitudes nos morros do Planalto Atlântico. Quanto aos solos, predomina solos podzol vermelho amarelo orto. O município de Jaguariúna é cortado por três rios: Jaguari, Camanducaia e Atibaia. São rios consequentes que acompanham a declividade do relevo no sentido leste-oeste. Os limites da sua área (142,8 km²) são definidos, ao norte, pelo município de Santo Antonio da Posse; ao

³ A Região Administrativa de Campinas localiza-se na porção centro-leste do Estado de São Paulo. Limita-se ao norte com a Região de Ribeirão Preto, ao sudoeste com a Região de Sorocaba, a oeste com a Região de Bauru, ao sul com a Região da Grande São Paulo, e, a sudeste com a Vale do Paraíba. Faz divisa também com o Estado de Minas Gerais, os setores leste e nordeste. Distingue-se três unidades morfoestruturais. O planalto Atlântico, na parte oriental; a Depressão Periférica, na porção central; e, as Cuestas Basálticas a ocidente. O Planalto Atlântico apresenta uma topografia acidentada, de um relevo montanhoso, podendo atingir 1.600m de altitude nessa região. No inverno são encontradas as menores temperaturas. No município de Monte Alegre do Sul foi registrado temperatura mínima de 15,8°C, enquanto que no verão 22°C. As Regiões de Amparo, Socorro e Bragança Paulista, são atingidas pelo clima Cfa. A maior parte dos rios da região tem suas nascentes no Planalto Atlântico, adaptando-se às linhas diáclases e fraturas de origem tectônica, cuja perfis longitudinais são trachos acidentados com vales apertados e corredeiras. Alternados com trachos mais suaves e vales mais longos, até atingir a área sedimentar da Depressão periférica, com vales mais amplos.

sul, pelo município de Campinas; a nordeste, pelo município de Holambra; a sudoeste, por Paulínia; e, a leste, por Pedreira.

De acordo com o tipo de transporte escolhido, pode-se acessar o município pela rodovia Dr. Ademar de Barros (SP 340) que liga Campinas a Mogi-Mirim. Ou, pela SP 95, que liga Jaguariúna a Pedreira e "Circuito das Águas Paulista". Há também a FEPASA (na região da antiga Companhia Mogiana) que serve exclusivamente para o transporte de cargas.

2.2 - A região de Campinas.

O movimento da sociedade funciona de determinadas maneiras, distribuindo e transformando as coisas. Na articulação espacial, temos a expressão material da organização da sociedade na organização do espaço urbano. Em diferentes momentos da acumulação do capital, há uma reestruturação dos centros urbanos, ao mesmo tempo interna e externa. Surgem novos fluxos de pessoas, capital, informação e mercadorias que ultrapassam, e muito, os limites da cidade. Segundo Csaba Deák (1991) a cidade não tem mais limites, superando a distinção entre campo/cidade e seus espaços (finanças, serviços, comércio, residência, lazer, agricultura, natureza, produção, troca e consumo) se tornaram usos de solo em zonas e distritos apropriados, amparados por serviços adequados, edificações, regulamentos e infra-estrutura cuja organização tem a forma da urbanização assumida pelo Estado (DEÁK, 1991, p. 115). Através do planejamento urbano, o Estado capitalista regula a produção de mercadorias, constroi, transforma a cidade, agora aglomeração urbana de limites indefinidos, irrelevantes, e concentra as atividades (DEÁK, 1991, p. 116-8). As relações de troca desigual extrapolam a abrangência municipal, determinando um grau cada vez maior da complexidade das interrelações dos municípios. Em algumas áreas não mais se consegue separar casa, trabalho, lixo, sistema viário, lazer. Acirra-se a interdependência entre os municípios vizinhos. Muitas vezes conurbados. E, configura-se uma região metropolitana.

Mas, as transformações descontínuas da prática urbana fazem com que este espaço não delimitado seja algo mais do que aumento em dimensão e densidade das aglomerações urbanas existentes (CASTELLS, 1976, p. 28). Devido a

implantação diferenciada das atividades, há movimentos internos que refletem flutuações do sistema circulatório (CASTELLS, 1976, p. 29). Algumas atividades se concentram em determinados pontos do território. E, cada "modelo" urbano apresenta suas relações de produção.

A região de Campinas destaca-se pela grande concentração industrial que se instalou em seu território, sobretudo a partir dos anos setenta. A instalação dos estabelecimentos industriais nessa região mostrou-se numa contínua expansão, interrelacionado com o crescimento populacional. Estendeu-se pelos anos 80, quando o meio técnico e científico não mais precisa da concentração, devido às inovações tecnológicas que possibilitam à indústria instalar-se em "qualquer" lugar. Neste processo, antigas formas podem ter sido herdadas e/ou outras foram construídas para abrigar o novo empreendimento, agora desconcentrado. Estruturou-se assim, uma nova disposição do espaço das cidades da região de Campinas, onde, algumas delas ampliaram seu espaço. Campinas, Jaguariúna, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Americana, Sumaré, Hortolândia, Nova Odessa, Paulínia, Monte Mor, Cosmópolis, Valinhos, Vinhedo, Indaiatuba, e Elias Fausto, apresentaram, nas últimas décadas, crescimento populacional e de atividades sociais como comércio e serviços, de maneira bastante diferenciada, mas cujas relações permitiram construir uma aglomeração, com as ações recebidas da desconcentração.

O grau elevado de suas relações, com grandes fluxos de pessoas, mercadorias, telefone, telex, capital, informação, cultura, determinaram para que esses pequenos espaços formassem, de fato, a Região Metropolitana de Campinas. Concorreram também para destacar Campinas como município sede, através do seu setor terciário, que favoreceu uma interrelação de dependência entre os demais municípios. Acumulando funções e atividades que hierarquiza as relações ao exportar para as outras cidades.

A influência econômica de Campinas emerge por abrigar diferentes instituições financeira, nacionais e internacionais, como os bancos concentrados na Av. Francisco Glicério e adjacentes. Telecomunicações e computação se fazem presente com a Telebrás e outras unidades semelhantes. E, o transporte internacional, com o aeroporto de Viracopos.

Abriga também importantes centros de pesquisa tecnológica como a Universidade de Campinas, o Instituto Agrônomo de Campinas, o Instituto de Tecnologia de Alimentos, etc. Em Campinas, há também a atuação de grandes

construtoras, tais como a Encol. E também, dos grandes shoppings (Iguatemi, Galeria Campinas e Shopping D. Pedro), além de grandes redes de hipermercados (Carrefour e Eldorado). Assim como hotéis e flats. Referente ao lazer e cultura, a centralidade de Campinas pode ser representada pelos diversos teatros, salas de cinema, galerias de arte, museus e parques que congrega.

2.3 - Jaguariúna na Região Metropolitana de Campinas.

Jaguariúna se estrutura dentro do processo de metropolização de Campinas a partir dos anos setenta. Sua inserção no processo de metropolização se dá por novas formas materializadas dentro do seu espaço urbano. Novas formas de comunicação e transporte, por exemplo, possibilitam Jaguariúna interligar-se com essa região, criando uma interdependência com os municípios vizinhos e dependência com a sede. E, no conjunto, interligar-se também com a metrópole nacional São Paulo e mesmo com o resto do mundo. Novas formas no processo de produção fazem com que "apareça" um complexo de redes e fluxos de agentes quanto de mercadorias dentro do território, criando/incorporando uma nova espacialidade para aqueles que estão na Região Metropolitana de Campinas.

2.4 - Jaguariúna e a indústria.

Facilitado, sobretudo por aspectos que constituem a região de Campinas enquanto uma aglomeração privilegiada dentro do Estado de São Paulo, nota-se uma instalação crescente de estabelecimentos industriais de importantes ramos de atividades e mesmo de tecnologia de ponta em Campinas, Jaguariúna e região. Destaca-se que a industrialização da região de Campinas recebeu a contribuição da desconcentração industrial da região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Esta se desdobrou em uma concentração industrial na região de Campinas. Facilitada por políticas governamentais, em diversas instâncias, a indústria da RMSP buscou eixos rodoviários de maior circulação em um raio aproximadamente de 120km, principalmente a partir da década de 1970, mantendo um papel fundamental do desenvolvimento. Esses ideais de modernidade, acima citados, são enfatizados pelas elites locais também em Jaguariúna, que entendem a indústria como a

geradora de impostos e empregos para o município. Fazendo assim o desenvolvimento da cidade.

Promove-se então a instalação de indústrias no município. No ano de 1960, localizava-se em Jaguariúna 23 estabelecimentos industriais. Em 1970, o município possuía 41 unidades industriais. Mas o crescimento foi invertido na primeira metade da década de 1970, quando em 1975, eram 38 as indústrias instaladas em Jaguariúna. Um ritmo de crescimento maior mostra-se nos anos seguintes. Em 1980, quando eram 66 o número de indústrias, elevando-se para 70 em 1985. Nesse processo acumulativo, a indústria diversificou-se. Há um aumento genérico na composição da indústria de transformação no município. E, distingue-se a produção, em Jaguariúna, conforme aponta o quadro abaixo.

Tabela 1 - Composição da indústria de transformação por tipo de bem, em Jaguariúna - 1960 a 1980.

Agrupamento	1960	1970	1975	1980
Bens de consumo não-durável	10	19	14	18
Bens intermediários	10	15	17	32
Bens de capital		2	2	4
Total	20	35	31	54

Fonte: FIBGE. Censos industriais 1960, 1970, 1975, e 1980.

As primeiras indústrias se localizavam junto ao centro antigo da cidade, ou próximo deste. É o caso da Equipisca (1966), fabricante de redes de pesca em geral. Na década de 1970, as pequenas indústrias buscaram a periferia próxima da cidade que se mostrava em expansão. Desse período, podemos citar a Walter de Moraes Ltda (1976), fabricante de dragas; a Rottita Produtos Químicos Ltda. (1973); e a Pensifram Ind. Com. Mat. para Construção Ltda. (1977). Destaca-se que as indústrias mais consumidoras de espaço ou que necessitam de recursos naturais para suas atividades, buscaram instalar-se junto à rodovia SP 340 ou próximo do recurso a ser explorado. No primeiro caso, citamos a Formi Tubo Ind. Com. de Móveis Ltda (1974). E, no segundo, a Bodini Cerâmica (1970) e a Cargill (1976). Houve um decréscimo na primeira metade da década de 1970, quando o município perde três indústrias, enquanto que a segunda metade dessa década mostrou-se mais dinâmica. Em relação ao ano de 1975, em 1980 encontramos 73,7% de crescimento no número de estabelecimentos industriais em Jaguariúna.

Apesar do processo acumulativo prosseguir, o ritmo de crescimento foi freado nos primeiros cinco anos da década seguinte. Logo no início da década de

1980, uma unidade da Johnson & Johnson S/A., transferiu-se de São José dos Campos para Jaguariúna, entrando em funcionamento, com amplas instalações, próximo à rodovia SP 340. Localização aproximada também apresenta a Engraplast Ind. Com. de Plásticos Ltda (1986), e, a Pena Branca, que se estabeleceu em Jaguariúna no ano de 1987, ocupando as instalações da antiga Cargill. Dispondo-se na nova periferia da cidade, encontramos a Gonçalves Ind. Com. de Vidros Ltda (1983), a Indústria Têxtil Itapira (1989), e a Fibersin Fiação de Sintéticos Ltda (1986). Nesse período, Algumas indústrias também ocuparam construções no antigo centro de Jaguariúna. Em um antigo galpão instalou-se a Poliselli Ind. Com. Ltda (1984); e, a MP Malharia Penteado (1988) deu uma nova função à uma residência. Há casos como a Malharia Manhattan Ltda (1985), que se instalou em um novo galpão construído onde antes havia uma residência. Na década de 1990, grandes indústrias se instalam em Jaguariúna, junto as melhores vias de acesso. São os casos da Inducon (1991), Metalsix (1992), Companhia Antártica Paulista (1993), e Compaq (1994). Esta última ocupou as antigas instalações da Johnson & Johnson S/A.

Vale destacar que grandes empresas, que tem um papel relevante, empregando frações importantes da população local receberam atenção da imprensa da cidade, alertando para algumas de suas características. Muitas das quais não possuem sede na cidade e, compõem grandes grupos econômicos nacionais ou estrangeiros, como no caso da Compaq. "A fábrica de Jaguariúna vem inserir o Brasil na estratégia de globalização da Compaq Computer Corporation" (Japhne Kopelman, O Estado de São Paulo, B9, 18/3/95). Como citamos anteriormente, a existência de novos fluxos, como o de pessoal, contribui para inserir Jaguariúna no processo de metropolização de Campinas. Constata-se, por exemplo, que há um movimento alternado de saída e entrada diária de trabalhadores. Esse movimento é possível devido a oferta de possibilidades de exercício de diversas funções em outras cidades. Haja vista também o sistema de transporte coletivo da região que se mostra fortemente consolidado.

No caso de Jaguariúna, como entrada, encontramos as empresas empregando pessoal de fora da cidade. Mas, a saída de pessoal é maior, com Campinas polarizando a atração de pessoal.

Tabela 2 - Pessoal ocupado nas Indústrias, em Jaguariúna - 1995.

Residente em Jaguariúna (%)	Residente em outras cidades (%)
-----------------------------	---------------------------------

92,8	7,2
------	-----

Fonte: Dados primários extraídos na pesquisa direta, 1995.

A saída por outros motivos também se faz presente como negócios, saúde, compras e lazer. O aumento de grandes equipamentos em Campinas, tais como hipermercados, shoppings, cinemas, museus e teatros, afirmam a relação de dependência de Jaguariúna em relação à Campinas.

2.5 - Jaguariúna e a população.

A dimensão do desenvolvimento de Jaguariúna também pode ser sentida pelo crescimento populacional. Em 1960, a população de Jaguariúna era de 8.496 habitantes (hab.), e, em 1970, 10.391. Enquanto que em 1980, havia 15.210 hab., e 24.999 em 1991. De maneira bastante diferenciada, o aumento da população também é constatado nos demais municípios da Região Metropolitana de Campinas. O crescimento da população de uma cidade exige, dentre outras coisas, que novos solos sejam usados para fins residenciais. Nesse sentido, constata-se em Jaguariúna a expansão física do tecido urbano, com a formação de novos bairros residenciais. Estes recebem novos moradores e favorecem a criação/manutenção de novos hábitos e fluxos, como o deslocamento pendular descrito anteriormente.

Ao mesmo tempo em que concentra a população, a industrialização influencia os territórios, transformando-os (LEFEBVRE, 1983, p. 8-10). Cria-se uma nova espacialidade do território. Em Jaguariúna, temos a emergência de novos centros e a transformação do centro antigo. Este último passou a abrigar novos e mais estabelecimentos comerciais e de serviços. Antigas residências dessa área foram transformadas e passaram a abrigar lojas, escritórios, consultórios e bancos. A área do centro antigo se expande. Antes, restringia-se basicamente ao entorno da praça da antiga matriz (praça Umbelina Bueno). Agora, o uso do solo das quadras ao entorno do centro original são utilizadas mesclando residências, estabelecimentos de comércio e de serviços. Desta forma, a área comercial da cidade, que se restringia ao centro mais antigo, e centralizava a vida social da cidade, por meio do crescimento acumulativo se expande. Atividades são descentralizadas e implantadas em diferentes pontos da cidade. Em alguns deles, a concentração faz surgir um novo centro.

Tabela 3 - Pessoal ocupado na indústria, comércio e serviços, em Jaguariúna - 1960 a 1985.

Ano	Indústria	Comércio e serviços
1960	86	121
1970	375	219
1975	612	303
1980	1.685	536
1985	1.703	509

Fonte: FIBGE, Censos Industrial, de comércio, e de serviços do Estado de São Paulo, 1960, 1970, 1975, 1980, e 1985.

2.6 - Jaguariúna e a construção da sua imagem.

Na fase atual do capitalismo, a organização espacial está ligada por relações conjuntas, contíguas e hierárquicas que se estendem por todo o território, de maneira bastante diferenciada, produzindo a região metropolitana polinucleada (GOTTDIENER, 1993, p. 196-8).

Enquanto o capital banaliza o território, algumas cidades procuram diferenciar-se das demais, a fim de atrair investimentos. A cidade cria uma marca e procura vender uma imagem, que muitas vezes é incorporada no imaginário coletivo social. A venda da imagem da cidade se dá, por exemplo, através de noticiários da imprensa, com propagandas que mostram um território "qualificado". E, eventos podem funcionar como propagandas para esse fim. Esses são meios através dos quais a cidade de Jaguariúna vem se projetando. Mostrando elementos que podem satisfazer as necessidades do capital e do turista em potencial. Um turista que tem necessidades de satisfação, e busca na prática do turismo a sensação perigosa da contemplação de uma nova paisagem, não comum ao seu meio cotidiano.

A realização de eventos contribui também para formar uma nova prática cotidiana, um novo modo de vida no imaginário local. Pois, a cidade que procura afirmar-se também como centro atrativo turístico, impõe novos valores de consumo do lugar, favorecendo para que o morador envolva-se na conversão de troca do seu espaço, absorvendo assim a língua da cidade. Assimila novos gestos, trajes, emprego das palavras. É um novo modo de consumir antigos e novos espaços. O poder local pode bancar os custos do evento, e regular a oscilação do público com fixação de datas e horários. Mas a promoção de um município também pode ser feita através de publicidade custeada por empresas. Como exemplo dessas

Estudos Geográficos, Rio Claro, 7(1): 159-181, 2009 (ISSN 1678—698X) 179
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

questões na produção do espaço turístico de Jaguariúna, podemos citar que a cidade sediou uma luta da Associação Mundial de Boxe, onde participou o pugilista primeiro colocado no ranking dos médios-brasileiros. (Jornal Gazeta Regional, nº 392, p. 11, 08/10/94).

Chegou a promover o "I Encontro Intermunicipal de Educadores de Jaguariúna", reunindo cerca de 252 participantes, entre profissionais e estudantes de 16 cidades da região. (Jornal Gazeta Regional, nº 432, p. 7, 22/07/95). Podemos citar também que a novela da rede Manchete "Ana Raio e Zé Trovão" contribuiu para divulgar o nome de Jaguariúna ao gravar alguns de seus capítulos na cidade. Assim como as campanhas de inauguração das fábricas de refrigerantes e cerveja da Companhia Antártica Paulista e da Compaq Computer Corporation. Outro evento importante para a divulgação de Jaguariúna foi a realização do I Festival de Jaguariúna, em 1995. Este foi transmitido diariamente pela rede Bandeirantes de Televisão, para todo o Brasil, algumas cidades do Mercosul e para os EUA através da televisão a cabo Canal 50 (Jornal Gazeta Regional, nº 432, p. 13, 29/07/95). Ou ainda, por meio de propagandas de um hotel situado na cidade. Destaca-se a referência feita com Campinas, aponta a dependência com o município sede da região.

2.7 - A rota turística.

A reestruturação urbana de Jaguariúna passa pela sua definição também enquanto centro atrativo turisticamente. A sua localização geográfica, verificadas pela rota ao longo do trajeto rodoviário e mesmo cartograficamente, mostra que Jaguariúna se constitui como um verdadeiro portal de entrada de outras cidades que se constituíram, nas décadas passadas, como verdadeira região turística. São os casos de Pedreira, que mercantiliza turisticamente sua produção industrial, Serra Negra, Lindóia, Águas de Lindóia e Monte Alegre do Sul⁴ onde se aproveitaram do potencial turístico desses espaços, usufruindo das possibilidades de seus aspectos climáticos e/ou hidrominerais. O clima é bastante valorizado, considerado "ameno e

⁴ Estas cidades foram elevadas a categoria de estância hidromineral em: Águas de Lindóis (1936), Amparo, Serra Negra e Socorro (1945), Monte Alegre do Sul (1964), e Lindóia (1970). A cidade de Pedreira não possui a categoria de estância turística. Destaca-se pela forte produção de cerâmica que, associada à eventos promocionais, atrai um número relevante de turistas de diferentes categorias.

agradável" para o turismo, mesmo com a variação sazonal. Os mananciais de água subterrâneos são bastante ricos em elementos minerais. As qualidades paisagísticas naturais são importantes como serras com uma vegetação de valor exuberante, no caso da Mantiqueira.

Referências Bibliográficas.

CASTELLS, Manuel. **La cuestion urbana**. Tradução de Irene C. Olivan. México: Siglo XXI, 1976. 430 p.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. A conquista do tempo noturno: Porto Alegre "moderna". **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XX, nº 2, p. 65-84, dez 1994.

DEÁK, Csaba. A cidade: do burgo à metrópole. **Espaço & Debates**, nº 34, p. 113-20, 1991.

GAVIRIA, Mario. Urbanismo del ocio. In: _____. **Campo, Urbe y Espacio del Ocio**. Madrid: Siglo XXI, 1971. p. 141-68.

GOTTIDIENER, Mark. **A produção do espaço urbano**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1993. 310 p. (Coleção Ponta, nº 5).

LEFEBVRE, Henri. **El derecho a la ciudad**. 4ª Edição. Tradução de J. Gonzales Pueyo. Barcelona: Ediciones Península, 1978. 171 p.

_____. **La revolución urbana**. 4ª. Edição. Tradução de Mario Nolla. Madri: Alianza Editorial, 1983. 200 p.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, (54): 81-100, jun. 1977.

SOARES, Paulo Roberto R. **A metropolização de São Paulo e a produção do espaço urbano em Nogi das Cruzes: impactos da desconcentração metropolitana**. Rio Claro: UNESP-IGCE, 1995. 182 p. Dissertação (Mestrado).

Recebido em outubro de 2007

Aprovado em outubro de 2010